

O PADRE DO OURO: UM CLÉRIGO NIGROMÂNTICO E ALQUIMISTA, PRESO PELA INQUISIÇÃO PORTUGUESA NA CAPITANIA DE PERNAMBUCO NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XVI

Sonielson Juvino Silva
Universidade Católica de Pernambuco – Unicap
e-mail: sonielsonsilva@uol.com.br

Introdução

Em 1567, o clérigo Antônio de Gouveia chega à Bahia, degredado pela Inquisição, em processo em que foi acusado de nigromântico. Mesmo proibido de dizer missa, ganhou a simpatia do bispo D. Pedro Leitão que, diante da sua fama de grande mineiro, o encaminhou à Capitania de Pernambuco, sob os cuidados direto do donatário Duarte Coelho de Albuquerque.

Apesar de não ter encontrado o tão cobiçado metal precioso, ele acabou ganhando um apelido, o Padre do Ouro, além da inimizade feroz dos jesuítas. Ele próprio um ex-sacerdote jesuíta, acabou se destacando nas campanhas de combate aos índios nos sertões, cujos truques de magia deixavam os nativos amedrontados, facilitando a captura.

Denunciado pela segunda vez ao Santo Ofício, foi preso na Vila de Olinda em 1571, posto em ferros e encaminhado a Lisboa, onde foi processado e, por fim, desapareceu nos "secretos", como eram conhecidos os porões inacessíveis da Inquisição.

Se, para os cronistas da segunda metade do século XVI e início do XVII, como os religiosos Padre Anchieta, Fernão Cardim e Vicente Salvador, a proximidade espaço-temporal, mas também afetiva, tornou o Padre do Ouro um sujeito demoníaco e capaz das maiores torpezas, para os *hommes de lettres* do final do século XIX e começo do XX, ligados aos institutos históricos e geográficos, como Capistrano de Abreu e Alfredo de Carvalho, testemunhas da queda do Império e da elevação da ciência ao status de verdade única, tratava-

se apenas de um embusteiro, dado ao hipnotismo, à autossugestão ou simplesmente acometido por alucinações provocadas por uma doença, como a epilepsia. Tais discursos racionalistas procuravam se distanciar ao máximo das ideias passadas, consideradas meras "crendices", e propor soluções dentro do discurso cientificista do prognóstico racional, ora em voga[1].

A mudança de perspectiva de um mesmo personagem em dois tempos históricos distintos permite não apenas melhor compreender os processos de produção de memórias nas duas épocas, mas também vislumbrar influências que esses modos de pensar ainda exercem sobre a historiografia brasileira.

O Padre do Ouro

Em seus "Capítulos de História Colonial", Capistrano de Abreu (1998, p. 62), fez uma brevíssima menção ao Padre do Ouro, destacando as peripécias de um clérigo português, mágico e nigromântico, fazendo artes pelo sertão brasileiro em pleno século XVI. Se sua missão oficial eram as supostas campanhas de busca do metal precioso, seu maior sucesso ocorreu na captura e escravização de indígenas para abastecer a indústria açucareira da Capitania de Pernambuco.

Capistrano estava empenhado, desde as últimas décadas do século XIX, em recuperar relatos e reelaborar a história do Brasil, chegando a prefaciar e colocar notas em uma série de textos históricos publicados no período[2]. Antes dele, Varnhagen, à frente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, já buscara reunir registros do passado do nosso país em várias partes do mundo, trazendo da Biblioteca de Évora, em Portugal, valiosas cartas do Padre José de Anchieta.

Em um fragmento desses escritos, intitulado "Informação do Brasil e de suas Capitanias – Dos Capitães das Outras Capitanias", cujo ano de elaboração foi estimado em 1584, o Padre Anchieta denuncia as guerras travadas contra os índios na Capitania de Pernambuco, nas quais Duarte Coelho de Albuquerque teria exterminado povoações inteiras por 50 léguas desde o "rio de São Francisco", contando para isso com o "favor de um clérigo que se tinha por nigromântico" (PADRE ANCHIETA, 1933, p. 306).

No rastro desse movimento de redescoberta da história do Brasil, foi publicada em 1881 a obra atribuída ao também jesuíta Fernão Cardim, "Do Princípio e Origem dos Índios do

[1] Para o "abandono do passado" na modernidade, em prol dos prognósticos científicos, ver, por exemplo, KOSELLECK (2006, p. 31-39), e BURKE (20112, p. 28-31).

[2] Vide, por exemplo, os ANNAES DA BIBLIOTHECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO, Vol. XIII, 1888; CARDIM, Fernão, Tratados da Terra e Gente do Brasil, 1881; SALVADOR, Frei Vicente do. História do Brasil (1500-1627).

Brazil e dos seus costumes, adoração e cerimônias", possivelmente escrita no mesmo ano da obra de Padre Anchieta, ou seja, em 1584. Em um capítulo denominado "Da diversidade de nações e línguas", Cardim descreve os esforços que os portugueses empreenderam para capturar índios, os quais eram escravizados ou até mandados em barcos cheios para serem vendidos em outras capitanias, tendo para isso a ajuda de "um clérigo português mágico que, com seus enganos, os acarretou todos a Pernambuco" (CARDIM, 1881, p. 50).

Menos econômico nas palavras foi o franciscano Frei Vicente do Salvador que, em 1627, escreveu a sua "História do Brasil". No Livro Terceiro, "Da história do Brasil do tempo que o governou Thomé de Sousa até a vinda do governador Manoel Telles Barreto", no décimo quinto capítulo, denominado "Das guerras que houve neste tempo em Pernambuco", Salvador cita que um clérigo português, protegido do donatário da Capitania e vulgarmente chamado de Padre do Ouro, pois se jactava de ser grande mineiro, seguira ao sertão à frente de trinta homens brancos e duzentos índios aliados, pois "não quis ele mais", com o propósito de capturar, amarrar e levar em barcos os nativos contrários, usando para isso artimanhas de magia e feitiçaria, como atirar penas de aves ou folhas para cima e transformá-las em demônios lançando labaredas pela boca. Segundo Frei Salvador, tal expediente, classificado de "grande tirania", deixava os "pobres gentios, machos e fêmeas, tremendo de pés e mãos e se acolhiam aos brancos" que os aprisionavam sem esforço. A obra do religioso foi publicada no Brasil em 1888, no volume XIII dos Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro, cuja citação encontra-se às páginas 85-86.

Em 1897, nos mesmos Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro, volume XIX, constam os registros históricos da fundação do Colégio Jesuíta da Bahia[3], onde são narrados os apuros vividos pelo Bispo Dom Pedro Leitão por conta de um ex-sacerdote jesuíta, protagonista de intrigas capaz de promover uma verdadeira "tempestade", obrigando-o a se deslocar às pressas de São Salvador para a Capitania de Pernambuco, fato que gerou o repúdio e a indignação do Governador Duarte Coelho de Albuquerque, uma vez que o tal clérigo era seu protegido (p. 86).

O assunto ganhou maior interesse entre os historiadores brasileiros após Pedro A. d'Azevedo, paleógrafo e conservador do Arquivo da Torre do Tombo em Lisboa, publicar, em 1905, por meio do periódico Archivo Historico Portuguez, volume III, a transliteração de dois processos movidos pela Santa Inquisição contra um padre chamado Antônio de Gouveia. Com

[3] Historia de la fundacion del Collegio de la Baya de todo los Sanctos, y de sus residências – Manuscripto da Bibliotheca Nacional de Roma.

base nos autos acusatórios, nas cartas de traslado do preso do Brasil a Portugal e nas sessões de interrogatórios promovidas pelos inquisidores, não restou dúvidas de que o clérigo mágico e nigromântico, apelidado em Pernambuco de Padre do Ouro e causador de intrigas contra o Bispo da Bahia, era o mesmo réu do processo número 5.158, conduzido pela Inquisição de Lisboa.

Os fragmentos da vida do Padre do Ouro foram finalmente juntados em 1908, em artigo publicado na Revista do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano, volume XIII, número 72, páginas 171-211, onde constam não apenas uma narrativa biográfica do personagem, assinada pelo erudito Alfredo de Carvalho, mas também a reprodução do segundo processo movido pela Inquisição contra o clérigo[4].

Antes de ser preso em segundo processo pelo Santo Ofício, no ano de 1571, na Vila de Olinda, Nova Lusitânia, e ser lançado a ferros e enviado à Inquisição portuguesa com uma longa lista de denunciações, não sem antes provocar uma grave crise entre os poderes da época, Antônio de Gouveia, nascido na Ilha Terceira dos Açores, já havia obtido os sacramentos de sacerdote em Lisboa, se aproximado de pessoas importantes da corte Portuguesa, entrado e saído em um mesmo ano da Companhia de Jesus, além de ter enfrentado o primeiro processo inquisitório sob a acusação de alquimia e práticas diabólicas. Em sua defesa, declarou ter estudado rudimentos de medicina e alquimia em cidades de Portugal, Espanha e Itália, mas não nas terras dos mouros, sobrevivido a um naufrágio em Barcelona e convenientemente se alistado como voluntário no exército do Duque de Parma, famoso em sua luta contra os protestantes.

A notícia de duas fugas do cárcere inquisitorial aumentou a fama de místico da Antônio de Gouveia, mas também provocou o seu degredo para o Brasil. Do outro lado do Atlântico, o clérigo caiu nas graças e na proteção do donatário da Capitania, cuja proximidade com o poder faria desencadear uma reação dos "apóstolos" de Loyola, já estabelecidos no território pernambucano, que rapidamente perceberam o prestigio que possuía aquele clérigo intruso, ainda por cima um ex-integrante da Companhia e agora comprometido com os interesses dos colonos. Acusaram-no de perseguir, escravizar e torturar índios, apoderar-se de mulheres alheias, utilizar práticas diabólicas e feitiçaria, além de profanar o Santíssimo Sacramento ao dizer missa para inimigos, sem altar, e utilizando rituais com ornamentos ingleses e luteranos.

[4] Utilizamos como fontes de informações da vida do personagem os artigos de Pedro A. d'Azevedo e Alfredo de Carvalho, indicados no texto.

Uma história com tanto sobressaltos, recheada de elementos supostamente mágicos e intrigas de toda espécie, atrairia certamente tanto historiadores como romancistas. O próprio Capistrano de Abreu resumiu o caso em sua obra póstuma "Ensaios e Estudos" (2003, p. 162-163). No primeiro volume da coleção Anais Pernambucanos, organizada por Francisco Augusto Pereira da Costa (1983, p. 393-399), a prisão do Padre do Ouro em Olinda aparece como destaque para o ano de 1571. Finalmente, em seu romance histórico "O Primeiro Brasileiro", baseado na vida e obra de Bento Teixeira, Gilberto Vilar (1995, p. 66-68) não se contém e, em um apêndice com pouca ou nenhuma ligação com o personagem principal, a não ser pelo fato de ambos terem sido presos na mesma Vila de Olinda, mas em épocas diferentes, demora-se em sua livre interpretação das aventuras do Padre do Ouro.

Entre cronistas do século XVI e intelectuais do século XIX

As peripécias do Padre do Ouro, mesmo citado de passagem pelos antigos cronistas, atraíram a curiosidade dos intelectuais do final do século XIX, muito embora ninguém fizesse ideia qual era a sua identidade, origem e destino.

O assunto ganhou maior interesse e densidade entre os historiadores brasileiros após Pedro A. d'Azevedo, paleógrafo e conservador do Arquivo da Torre do Tombo em Lisboa, publicar, em 1905, por meio do periódico Archivo Historico Portuguez, volume III, a transliteração dos dois processos movidos pela Santa Inquisição contra um padre chamado Antônio de Gouveia. Em uma síntese biográfica, à guisa de introdução, a qual não sem propósito intitulou "Antônio de Gouveia, alquimista do século XVI", d'Azevedo (1905, p. 179-183) percorre alguns eventos que considerou marcantes na vida do personagem, desde o seu nascimento na ilha açoriana, incluindo nomes de familiares, passando por lugares e datas, mas, visivelmente lutando contra a escassez de informações. Diante da citação de algumas testemunhas, arroladas pela Inquisição, de que o acusado sofrera "acidentes", d'Azevedo não hesitou em mostrar que estava atento à revelação, prevenindo-se para o caso de o seu texto cair em mãos de especialistas: "Aos médicos que lerem o processo, não deixarão de ferir os acidentes a que Antônio de Gouveia era sujeito e com esse fato pretender ser o acusado, doente mental".

Com a publicação desse material, incluindo os autos acusatórios, as cartas de traslado do preso do Brasil a Portugal, as sessões de interrogatórios promovidas pelos inquisidores e todos os outros detalhes que d'Azevedo conseguiu reunir, não restou dúvidas aos historiadores brasileiros de que o clérigo mágico e nigromântico, apelidado em Pernambuco de Padre do

Ouro e causador de intrigas contra o Bispo da Bahia, era o mesmo Antônio de Gouveia, réu do processo número 5.158, conduzido pela Inquisição de Lisboa.

Deparar-se com o artigo de d'Azevedo foi, para o pernambucano Alfredo de Carvalho, como descobrir uma mina de ouro. Ele não tardou em publicar um texto semelhante no periódico do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano, volume XIII, número 72 (1908, p. 171-211), no qual optou por reproduzir na íntegra apenas o segundo processo da Inquisição, enriquecendo a apresentação do estudo com alguns pontos do primeiro.

O artigo de Carvalho foi denominado "O Padre do Ouro", sendo ainda mais enfático quanto as certeza científicas da época. Após chamar os "velhos cronistas" de crédulos ingênuos, lamenta que a filosofia simples do século XVI só conhecia duas potências pavorosas e rivais: Deus e Satanás.

Assim, o Padre do Ouro foi descrito sob a suspeição de embusteiro, dotado de conhecimentos de hipnotismo e autossugestão, de epilético ou de mero doente mental. Percepções distintas para realidades também distintas.

Estes dois historiadores, porém, não foram os únicos a tentarem arrancar o Padre do Ouro das "trevas" do século XVI. Em seus "Capítulos de História Colonial", Capistrano de Abreu (1998, p. 62), debruça-se sobre os esforços feitos na Capitania de Pernambuco para conquistar a "fronteira meridional do rio São Francisco" e, ao relatar as "guerras pelo interior a pretexto de minas, mas realmente inspiradas pelo desejo de cativar escravos", associou os "acidentes" que eventualmente acometia o Padre do Ouro à epilepsia, ou seja, mera disfunção orgânica.

Fica bastante clara a mudança de perspectiva histórica apresentada pelos cronistas na virada dos séculos XVI e XVII e a defendida pelos intelectuais na passagem dos séculos XIX e XX.

A busca de explicar essa diferença é que constitui o objetivo da pesquisa histórica (REIS, 2012, p. 45). De acordo com Koselleck (2006, p. 305-313), ao se embrenhar nos difíceis caminhos do não vivido, o historiador se move inevitavelmente por meio de duas categorias históricas, relacionadas ao seu próprio espaço-tempo, que são a "experiência" e a "expectativa". Para o autor, o contato com os vestígios históricos envolvem não apenas questões racionais, mas também dimensões inconscientes, como recordações, desejos, esperanças e inquietações. Dessa forma, existiria entre o "espaço de experiência", as vivências e lembranças do historiador, e o "horizonte de expectativas", a reelaboração que ele faz das fontes estudadas para produzir uma espera possível, uma relação de desigualdade de cuja tensão resultaria o "tempo histórico".

Dito de outra maneira: esse embate, reconfigurado a cada momento, provoca o surgimento de novas respostas e novas soluções.

Koselleck (2006, p. 23-24) defende que o século XVI figura como o início das transformações que vieram a caracterizar os tempos modernos. Até então, havia uma grande expectativa do fim do mundo, por meio das explicações cristãs do Juízo Final, tendo pouca valia o futuro em comparação à experiência obtida no passado. Segundo ainda o autor (2006, p. 58), as profundas mudanças no "fazer história" foram impulsionadas pelo projeto iluminista, iniciado em fins do século XVIII com a Revolução Francesa. A história, antes ancorada no exemplo dos antigos e na tradição grego-cristã, sendo considerada a "mestra da vida", fortaleceu-se com o discurso científico e voltou-se para o porvir, não podendo "mais esperar conselho a partir do passado, mas sim apenas de um futuro que está por se constituir".

Percebemos, portanto, que as obras dos cronistas antigos e dos intelectuais da historiografia brasileira estão separadas por essa mudança de regime historiográfico, situando-se nas bordas dos trezentos anos que teriam segregado não apenas as gerações dos nossos memorialistas e historiadores, mas a própria forma de a humanidade pensar o tempo.

Mesmo sob o olhar positivista das primeiras décadas do século XX, focado nas grandes figuras políticas, Carvalho (1908, p. 171-172) admite, não sem custo, que o episódio do Padre do Ouro deixa escapar um "afrouxamento da disciplina religiosa" na época, "minando eficazmente a autoridade quase absoluta do donatário".

Justamente por relativizar os supostos poderes absolutos emanados pelos "grandes homens", sejam eles reis, donatários ou cardeais, e revelar as múltiplas redes de relacionamentos e de antagonismos que competem por espaço dentro de um mesmo poder, o método de análise micro histórico, que aproxima suas lentes aos personagens, mas sem perder o foco da sociedade que se agita no entorno, tal perspectiva torna-se especialmente relevante ao nos depararmos com uma Capitania de Pernambuco envolta em uma rede de poderes fragmentados, em disputa entre si, e uma visão posteriormente construída de um possível poder autônomo e hegemônico, imune, inclusive, às reverberações advindas da metrópole.

Conclusões

O presente trabalho permitiu constatar, a partir da análise comparativa de registros inquisitoriais, relatos de cronistas do século XVI e estudos de intelectuais do final do século XIX, todos referentes a um mesmo personagem, a demarcação de tempos históricos distintos.

Conforme a conceituação de espaço de experiência e horizonte de expectativa, proposta por Koselleck (2006), demonstrou-se que a construção da figura do Padre do Ouro manteve-se aderente a cada tempo histórico percebido pelos diferentes narradores. Esta evidência assume grande relevância para futuras abordagens históricas que envolvam as épocas estudadas, contribuindo para se reduzir os riscos de interpretações anacrônicas.

Outra constatação que o estudo aponta é o caráter cientificista que influenciou os primeiros historiadores brasileiros, com a recorrência de explicações históricas baseadas principalmente na medicina.

No que diz respeito especificamente à Capitania de Pernambuco, o trabalho evidenciou conflitos entre os poderes presentes na colônia, não apenas aqueles envolvendo jesuítas e donatários pela captura dos índios, mas também com participação de outros interesses presentes, como a corte portuguesa e a Inquisição. O complexo mosaico de forças que se enfrentavam em um território ainda não demarcado e pacificado, revela a transposição dos jogos de poder que se desenrolavam na metrópole. Entretanto, a grande distância entre o centro e a periferia, que retardava consideravelmente as notícias e as ordens, proporcionava frouxidões nas extremidades dessas linhas de comando, fazendo com que o bispo se sobrepusesse à Inquisição, vigário desobedecesse ao bispo e ambos se impusessem sobre o donatário. O episódio, aliás, revela que o poder do donatário da Capitania, pelo menos ainda naquela conturbada segunda metade do século XVI, longe estava de ser absoluto e que laços de parentesco e afinidades pessoais tomavam parte nas decisões, contribuindo para reforçar ou contrapor as redes de relacionamentos em formação.

Enfim, por meio da análise micro histórica da vida um indivíduo, foi possível tirar conclusões não apenas sobre as sociedades por onde ele passou, mas também sobre as interpretações que a sua existência, em diferentes tempos históricos, proporcionou.

Referências bibliográficas

ABREU, Capistrano de. Capítulos de História Colonial (1500-1800). Biblioteca Básica Brasileira. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998, 226 p. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/1022/201089 .pdf?sequence=4>. Acesso em 25 mar. 2016.

_____. Ensaios e Estudos: Crítica e História – 2ª série. Biblioteca Básica Brasileira. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 2003, 252 p. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/1075/ 661684.pdf?sequence=4>. Acesso em 25 mar.2016.

ANNAES DA BIBLIOTHECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO. Vol. XIII. Rio de Janeiro: Typographia G. Leuzinger & Filhos, 1888. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=402630&pasta=ano188&pesq=>. Acesso em 23 fev. 2014.

_____. Vol. XIX Rio de Janeiro: Typographia G. Leuzinger & Filhos, 1897. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=402630& pasta=ano188&pesq=>. Acesso em 23 fev. 2014.

ARCHIVO DOS AÇORES. Vol. I. Ponta Delgada: Typ. Do Archivo dos Açores, 1878. Disponível em: <https://ia800203.us.archive.org/13/items/archivodosaore01pont/archivodosaore01pont.pdf>. Acesso em 17 dez. 2016.

CARDIM, Fernão. Do Princípio e Origem dos Índios do Brasil e de seus costumes, adoração e cerimônias. Rio de Janeiro: Typographia da Gazeta de Notícias, 1881. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/bitstream/handle/1918/00368400/003684COMPLETO.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2014.

CARVALHO, Alfredo de. O Padre do Ouro. In: Revista do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano. Vol. XIII, N.72. Recife: Typographia do Jornal do Recife, 1908, p. 171-211. <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=41447>. Acesso em: 23 fev. 2014.

COSTA, F. A. Pereira da. Anais Pernambucanos. V.1. 2.ed. Recife: Fundarpe, 1983, p. 393-399.

D'AZEVEDO, Pedro A. Antônio de Gouveia: alchimista do século XVI. In: Archivo Historico Portuguez. Vol. III. Lisboa: 1905, p. 179-208 e 274-286.

FRUTUOSO, Gaspar. Saudades da Terra. Livro IV. Nova ed. Ponta Delgada: Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1998.

HARTOG, François. Tempo, história e a escrita da história: a ordem do tempo. In: Revista de História (USP), n. 148. São Paulo: USP, 2013, p. 9-34. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/18952/ 21015>. Acesso em 31 out. 2016.

HESPANHA, António M. Antigo Regime nos Trópicos? Um debate sobre o modelo político do império colonial português. In: Na Trama das Redes: Política e negócios no império

português, séculos XVI-XVIII. João Fragoso e Maria de Fátima Gouvêa (org.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 45-93.

KOSELLECK, Reinhart. Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução de Wilma Patrícia Maas e Carlos Alberto Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-Rio, 2006, 368 p.

JABOATÃO, Frei Antônio de S. Maria. Novo Orbe Seráfico Brasílico ou Crônica dos Frades Menores da Província do Brasil. Parte 2. V.2. Rio de Janeiro: IHGB/Typ. Brasiliense de Maximiano Gomes Ribeiro, 1859. Disponível em: <http://www 2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/182923/000059999_01.pdf?sequence=1>. Acesso em: 23 fev. 2014.

MELLO, José A. Gonsalves de. Cartas de Duarte Coelho a El Rei. 2.ed. Recife: Fundaj/Massangana, 1997, 138 p.

PADRE ANCHIETA. Cartas Avulsas (1550-1568). Rio de Janeiro: Officina Industrial Graphica, 1931, 520 p. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/ 1918/00381620#page/5/mode/1up>. Acesso em 23 fev. 2014.

_____. Cartas, Informações, Fragmentos Históricos e Sermões do Padre Joseph de Anchieta, S. J. (1554-1594). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1933, 567 p. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/00381630#page/1/mo de/1up>. Acesso em: 23 fev. 2014.

REGIMENTO DA SANTA INQUISIÇÃO – 1552. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. N.392. Rio de Janeiro: IHGB, jul/set 1996, p. 573-613. Disponível em: <https://ihgb.org.br/publicacoes/revista-ihgb/item/108071-revista-ihgb-volume-392.html>. Acesso em: 25 mar. 2016.

REIS, José Carlos. As identidades do Brasil: de Varnhagem a FHC. 9.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2007, 280 p.

_____. O tempo histórico como "representação intelectual". In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n.34. Brasília: IPHAN/MinC, 2012, p. 45-65.

SALVADOR, Frei Vicente do. História do Brasil (1500-1627). São Paulo: Weiszflog Irmãos, 1918. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/01861 600#page/1/mode/1up>. Acesso em 23 fev. 2014.

TODOROV, Tzvetan. A Conquista da América: a questão do outro. Tradução: Beatriz Perrone Moisés. São Paulo, Martins Fontes, 1996, 263 p.

VAINFAS, Ronaldo. Traição: um jesuíta a serviço do Brasil holandês Processado pela Inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, 384 p.

_____. Jerusalém Colonial: judeus portugueses no Brasil holandês. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, 376 p.